



*Rede Curitiba Climática,
Conectar, dialogar e agir*

CARTA COMPROMISSO

setembro/2026

Carta Compromisso da Rede Curitiba Climática (RECC)

Documento elaborado com base nos resultados da Oficina Popular de Propostas para o Plano Diretor, para assinatura e estabelecimento de compromisso público com a sociedade por parte dos tomadores de decisões em matéria ambiental na cidade de Curitiba



[@reccfaz](https://www.instagram.com/reccfaz)



Aponte a câmera do seu celular
para acessar o nosso instagram.

Sobre a Rede Curitiba Climática

APRESENTAÇÃO E PROPÓSITO



A Rede Curitiba Climática - RECC é um grupo de ativistas com propósito de engajar e articular pessoas, de maneira inclusiva e diversa, facilitando espaços de debate, apresentando soluções e incidindo em processos de tomada de decisão na agenda de clima com o objetivo de tornar a região de Curitiba mais justa e sustentável.

O nosso principal objetivo é construir pontes entre o cidadão e o poder público municipal. Para isso, com base na vivência de moradores locais e pesquisa científica, promovemos educação ambiental auditoria social e ações diretas nos territórios vulnerabilizados socioeconomicamente.

Nosso slogan é “Conectar, dialogar e agir”!

INTRODUÇÃO

Entre os meses de abril de 2025 e junho de 2026, ocorreu em Curitiba a Revisão do Plano Diretor – um processo obrigatório a cada 10 anos, que atualiza as diretrizes de desenvolvimento urbano, transporte, habitação e uso do solo no município. Dentre as medidas preparatórias para o processo legislativo de revisão propriamente dito, foram implementadas diversas ferramentas de gestão participativa, como oficinas comunitárias, audiências públicas e ferramentas digitais (Conecta Curitiba, ReDUS) para engajar a população na definição da cidade futura.

Além disso, diversos atores da sociedade civil também aproveitaram a oportunidade para engajar a população curitibana e reunir demandas para apresentação ao poder público. Nesse contexto, a Rede Curitiba Climática (RECC) planejou, em cooperação com uma série de organizações, coletivos e mandatos ligados à pauta ambiental na região de Curitiba, uma série de Oficinas Populares de Propostas para o Plano Diretor.

A primeira dessas Oficinas ocorreu no dia 29 de novembro, no gramado do Museu Oscar Niemeyer (MON), reunindo 27 participantes – entre pessoas ligadas a mandatos políticos, ativistas e interessados na matéria –, ligados a 21 coletivos e organizações de ativismo socioambiental (listados ao final desta Carta) e resultou em uma série de demandas ligadas às pautas de moradia, mobilidade, saneamento e biodiversidade.

Por meio desta Carta, a RECC veicula essas demandas, provenientes de representações de múltiplas regiões e segmentos sociais da cidade de Curitiba e de sua Região Metropolitana (RMC), aos candidatos que pretendem assumir posições que envolvem a tomada de decisões em matéria ambiental, com a intenção de que, subscrevendo-a, esses atores políticos firmem publicamente compromissos com a sociedade paranaense, no sentido de dar atenção às deficiências apontadas, às solicitações formuladas e às soluções sugeridas no âmbito da proteção da sociobiodiversidade, do direito fundamental ao meio ambiente e da dignidade da pessoa humana.

COMPROMISSOS:

MORADIA



RE.C.C.C.
REDE CURITIBA CLIMÁTICA

DEMANDAS

1. Situação ambientalmente frágil das Regiões Centrais das cidades da Região Metropolitana;
2. Políticas habitacionais deficientes, com terrenos ociosos e edificações desocupadas, mesmo em regiões com infraestrutura;
3. Por consequência do ponto anterior, indignidade habitacional nas políticas habitacionais;
4. Especulação imobiliária em crescimento, que vai na contramão da construção de uma infraestrutura dos territórios da cidade;
5. Multiplicação de moradias irregulares, na falta de regularização por parte do Estado;
6. Regiões Periféricas ambientalmente frágeis, afetadas por atividades econômicas;
7. Expansão marginalizante da construção civil e espraiamento da população para as margens.

DESEJOS

1. Que todo morador de Curitiba e Região Metropolitana tenha uma moradia digna;
2. Termo Territorial Coletivo aplicado a comunidades, resultando em regularização fundiária, e gestão coletiva da terra;
3. Expropriação social de imóveis ociosos de proprietários de grande capital;
4. Políticas que orientem as moradias no sentido de integração à Natureza, com quintais, árvores e materiais ecológicos;
5. Sombra e água fresca para todas as pessoas nos espaços públicos;
6. Reorganização das áreas de favelas/vilas, possibilitando seu planejamento e a dignidade mínima para os seus moradores;
7. Cidades integradas à Natureza nativa e frutífera: "cidades verdes de verdade";
8. Maior integração, nas políticas urbanas, entre poder público, universidades e sociedade civil;
9. Implementação da arquitetura ecológica nas cidades da RMC.

PROPOSTAS

1. Aplicação do Termo Territorial Coletivo (TTC) nas cidades de Curitiba e da RMC;
2. Construção de bebedouros públicos em quantidade proporcional à população;
- 3.3. Construção de banheiros públicos em quantidade proporcional à população
4. Aplicação do Estatuto da Cidade visando o uso social da terra;
5. Mínimo de 17,5 m² por pessoa em habitações;
6. Alinhamento das políticas habitacionais à Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), visando o maior grau de sustentabilidade das áreas de construção e nos materiais utilizados;
7. Implantação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) visando a regularização fundiária e garantia de habitação de qualidade próxima a infraestruturas urbanas;
8. Implementação de IPTU progressivo a fim de reduzir a gentrificação e a subocupação de móveis nas áreas centrais;
9. Destinação de metade das unidades construídas pelas empreiteiras ao aluguel social;
10. Aplicação de equipamentos públicos voltados para diminuir segregação socioespacial.

COMPROMISSOS:

MOBILIDADE



RE.C.C.
REDE CURITIBA CLIMÁTICA

DEMANDAS

1. Valor excessivo das tarifas do transporte público;
2. Ausência de integração temporal nas redes de transporte público;
3. Esperas muito longas pelos ônibus e desconforto nos veículos, especialmente nas regiões periféricas;
4. Centralização do carro nas políticas públicas organizadas pelo Estado;
5. Falta de infraestrutura cicloviária em Curitiba e nas cidades da RMC;
6. Ambientes insalubres e desagradáveis criados pela falta de ciclovias e de espaços para a circulação de pedestres – novamente, de forma agravada nas regiões periféricas;
7. Poluição sonora e atmosférica crescente resultante dos veículos, especialmente dos veículos individuais;
8. Reiterados casos de impermeabilização do solo e corte de árvores nativas e saudáveis para construção de novas vias de trânsito;
9. Mortes e acidentes de trânsito crescentes.

DESEJOS

1. Cidades sem carros, com transporte público e cicloviário adequado;
2. Acesso igualitário à cidade, rompendo com o racismo estrutural que impera nas cidades da RMC e mantém as populações racializadas confinadas à periferia;
3. Mais espaços de convivência públicos;
4. Espaços agradáveis e sustentáveis para caminhar e pedalar;
5. Descanalização dos rios.

PROPOSTAS

1. Tarifa Zero;
2. Priorizar a mobilidade ativa – buscar a redução no número de carros nas ruas, mais calçadas e ruas fechadas;
3. Limitar vagas de carro em empreendimentos de áreas densas;
4. Vagas Vivas – transformação de áreas que anteriormente eram dedicadas a vagas de estacionamento em mini praças com espaços de convivência;
5. Aumento da frota de ônibus nas cidades;
6. Investimento em transporte sob trilhos;
7. Melhora da infraestrutura cicloviária;
8. Mais áreas calmas e infraestrutura para reduzir a velocidade e, conseqüentemente, os acidentes no trânsito.

COMPROMISSOS:

SANEAMENTO/ RESÍDUOS



RE.C.C.C.
REDE CURITIBA CLIMÁTICA

DEMANDAS

1. Estouros constantes da rede de água, especialmente nas periferias;
2. Crise Hídrica que se agrava continuamente, com seca dos reservatórios de água que alimentam as cidades da RMC;
3. Fragilidade na integração da rede de água e esgoto entre as cidades da RMC;
4. Fragilização da proteção legislativa ambiental, com a Lei Estadual nº 22.252/2024 e o Decreto nº 9.541/2025;
5. Racismo ambiental na destinação do lodo gerado em estações de tratamento de água (ETA) e de esgoto (ETE);
6. Baixa remuneração de catadores;
7. Lotação dos aterros;
8. Baixa quantidade de políticas públicas que fomentem e pratiquem a compostagem;
9. Ausência de Hortas Urbanas e permeabilidade dos solos;
10. Situação dos mais de 300 rios existentes em Curitiba, a maioria canalizados.

DESEJOS

1. Renaturalização dos rios.
2. Ampliação das fossas sépticas e da captação de esgoto;
3. Implementação das Fossas Ecológicas, utilizando processos naturais e biológicos para decompor os dejetos, evitando a poluição do solo e do lençol freático;
4. Reforço dos programas Câmbio Verde e Ecocidadão, em conjunto com esforços de estímulo à compostagem;
5. Construção e manutenção de hortas urbanas públicas;
6. Pagamentos por serviços ambientais para catadores e demais trabalhadores da reciclagem.

PROPOSTAS

1. Expansão do projeto Câmbio Verde com instalação de pontos fixos de compostagem, coleta seletiva e hortas urbanas, em todos os bairros, com remuneração digna aos profissionais de reciclagem financiados pelos aterros, pois não faz sentido pagar pelo volume enterrado, e sim pagar pela recuperação ambiental;
2. Proibição plástico de uso único, a fim de reduzir 70% dos rejeitos;
3. Renaturalização e recuperação dos principais rios da cidade de Curitiba (Rio Barigui, Rio Iguaçu, Rio Belém, Rio Passaúna e Rio Atuba), para melhorar a drenagens e a segurança hídrica.

COMPROMISSOS:

BIODIVERSIDADE



RE.C.C.
REDE CURITIBA CLIMÁTICA

DEMANDAS

1. Alagamentos recorrentes;
2. Pouco espaço verdes nas cidades, com a única referência sendo o Parque Náutico;
3. Falta de praças, parques, áreas verdes, especialmente nas periferias;
4. Os corredores de transporte “anulam” o efeito de captura de carbono das poucas áreas verdes;
5. Ondas de calor em razão de baixa arborização;
6. Falta de árvores, especialmente nativas;
7. Calçadas excessivas em certas regiões, instaladas de forma prejudicial;
8. Especulação imobiliária crescente;
9. Realização de podas sem acompanhamento técnico;
10. Falta de podas efetivamente necessárias, mesmo em face de pedidos reiterados;
11. Falta de comunicação, por parte do poder público, para conhecimento de onde estão as demandas ambientais.

DESEJOS

1. Instituição de Conselhos Populares de Arborização Urbana;
2. Participação e transparência contínua na pauta ambiental;
3. Destinação de recursos à participação e controle popular na matéria de manutenção da biodiversidade nas cidades;
4. Articulação com lideranças comunitárias para coletar demandas;
5. Pontos de cultura para fortalecer engajamento político e social;
6. Criação de iniciativas permanentes de educação ambiental;
7. Renaturalização, projetos de integração dos rios e mata nativa;
8. Eliminação de prédios;
9. Mais pontos de compostagem, mais hortas urbanas e divulgação.

PROPOSTAS

1. Conselhos Populares de Arborização Urbana, de caráter regional, deliberativo e consultivo;
2. Educação ambiental nos territórios;
3. Articulação com lideranças comunitárias para coletar demandas localizadas e reais;
4. Transparências no planejamento ambiental na articulação;
5. Valorização dos servidores públicos da área ambiental, com mais vagas e carreiras;
6. Transparências do planejamento de corte de árvores;
7. Políticas públicas para possibilitar a permeabilização do solo;
8. Lei proibindo o corte de árvores maduras;
9. Diagnóstico transparente da arborização urbana, realizado conjuntamente por cidadãos e acadêmicos;
10. Revisão das medidas compensatórias para corte de árvores;
11. Proibição de medidas de greenwashing;
12. Lei que determine o plantio de ao menos uma árvore nativa para cada casa;
13. Estudo para ampliação do Cinturão Verde.

CONCLUSÃO

A Oficina Livre do Plano Diretor evidenciou que os desafios urbanos de Curitiba são interdependentes e estruturais, atravessando as dimensões da moradia, mobilidade, saneamento e biodiversidade. As contribuições apontam para a necessidade de superar a fragmentação das políticas públicas e enfrentar, de forma integrada, as desigualdades socioespaciais, a degradação ambiental e a mercantilização do território.

No campo da moradia, ficou evidente a contradição entre imóveis ociosos em áreas centrais dotadas de infraestrutura e a expansão periférica sobre regiões ambientalmente frágeis. A indignidade habitacional, a irregularidade fundiária e a especulação imobiliária demonstram que o acesso à terra urbana segue subordinado à lógica do mercado. As propostas apresentadas – como a aplicação do Termo Territorial Coletivo (TTC), o uso social da propriedade conforme o Estatuto da Cidade, a ampliação de ZEIS, o IPTU progressivo e o fortalecimento do aluguel social – convergem para uma cidade mais justa, com moradia digna, integrada à natureza e próxima da infraestrutura existente.

Na mobilidade, as demandas revelam um modelo centrado no automóvel, gerador de poluição, acidentes, impermeabilização do solo e perda de qualidade de vida. A defesa da tarifa zero, da ampliação da frota, do transporte sobre trilhos, da integração temporal e do fortalecimento da mobilidade ativa aponta para uma cidade menos segregada e mais acessível. A redução do espaço destinado aos carros, aliada à qualificação dos espaços públicos e à descanalização dos rios, foi compreendida como condição para democratizar o direito à cidade.

CONCLUSÃO

Em relação ao saneamento, emergiu a preocupação com a segurança hídrica, a renaturalização dos rios, a gestão de resíduos e a valorização dos trabalhadores da reciclagem. A ampliação da compostagem, do programa Câmbio Verde, da coleta seletiva e das hortas urbanas foi defendida como estratégia ambiental e social. A proposta de financiar a recuperação ambiental com recursos hoje destinados ao enterramento de resíduos expressa uma mudança de paradigma: da lógica do descarte para a lógica da regeneração.

No eixo da biodiversidade, destacou-se a urgência de ampliar áreas verdes, proteger árvores maduras, combater o greenwashing e garantir transparência nas decisões ambientais. A criação de conselhos populares de arborização, o fortalecimento da educação ambiental e a participação comunitária permanente foram apontados como instrumentos fundamentais para consolidar uma governança ambiental democrática e territorializada.

De forma transversal, as contribuições reafirmam que o Plano Diretor deve ser um instrumento vivo de transformação social, orientado pelo direito à cidade, pela função social da propriedade e pela justiça ambiental. A cidade desejada é aquela que integra moradia digna, mobilidade acessível, saneamento regenerativo e biodiversidade ativa, reconhecendo que qualidade de vida e preservação ambiental não são opostos, mas dimensões inseparáveis.

CONCLUSÃO

A Oficina Livre demonstra que há acúmulo técnico, político e comunitário para avançar rumo a uma Curitiba verdadeiramente verde, inclusiva e sustentável. O desafio colocado ao poder público é incorporar essas diretrizes de forma estruturante no Plano Diretor, garantindo mecanismos de participação contínua, monitoramento social e compromisso efetivo com a transformação urbana.

Assim, por meio da efetiva articulação entre controle social, planejamento integrado e compromisso político com a função social da cidade, Curitiba poderá superar os gargalos históricos de segregação e degradação, convertendo as diretrizes populares em instrumentos normativos concretos e construindo um território genuinamente justo, inclusivo e ambientalmente sustentável.

